

Era Pombalina e Período Joanino

1808 a 1821

Era Pombalina – 1750 a 1777

Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal

Ministro do rei Dom José I

Representante do despotismo esclarecido em Portugal

Principais ações de Pombal

Desenvolvimento da educação, da agricultura e da indústria

Reforma das cidades

Apoio às artes e ciências

Fim de vários privilégios do clero e da nobreza, além da abolição da servidão

Criação do Banco Real e do Erário Régio: intervencionismo econômico e liberalismo para as classes comerciais

Aprofundamento do pacto colonial no Brasil

Definição das fronteiras – Tratado de Madri, de 1750

Atentado fracassado contra Dom José, em 1758:

Articulado pela nobreza contrária a Pombal e resultou na execução de nobres das famílias

Aveiro e Távora

Instituição da Derrama (1762-3): 1ª derrama definida em 194 arrobas, valor monetário menor do que o débito de Portugal

Mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763

Aprofundamento do pacto colonial

Garantia de liberdade aos grupos indígenas

Expulsão dos jesuítas das terras portuguesas:

Desarticulação das missões e da exploração das drogas do sertão e escolas fechadas

Criação das Cias de Comércio: Grão-Pará e Maranhão, em 1755, e de Pernambuco e Paraíba, em 1759; estimulou o aumento do contrabando

Diminuição da influência inglesa

Suspensão do Tratado de Methuen

Suspensão dos privilégios do comércio inglês em terras portuguesas

Resultados inexpressivos

Motivo – reduzido grau de desenvolvimento da economia portuguesa

Reformulação tributária

Antes da reformulação – impostos numerosos e circunstanciais.

Exemplos: casamentos dos príncipes, terremoto de Lisboa

Depois da reformulação – menos impostos, mas permanentes

Viradeira

Após a morte do rei Dom José I

Demissão de Pombal

Retrocesso em Portugal

Alvará de 1785: proibição da manufatura nas terras portuguesas, desmonte dos equipamentos, no Brasil, e envio para Portugal

Período Joanino – 1808 a 1821

Dom João VI

Príncipe-regente após o impedimento de Dona Maria I, a Louca

Desrespeitou o Bloqueio Continental que

Napoleão Bonaparte impôs à Europa Continental – proibição de comércio com a Inglaterra

Impossível para Portugal: Tratado de Methuen, de 1703, a Alvará de 1785

Fuga da Família Real para o Brasil, sem o caçula, Dom Miguel

Fuga para o Brasil

Visconde de Atrangford

36 barcos ingleses transportaram 10 mil portugueses

Madeira e Santa Catarina (ilhas portuguesas) como portos livres aos ingleses

A viagem, que teve início em novembro de 1807, durou 57 dias

Invasão francesa em Portugal

General Junot

Mil soldados franceses invadiram Portugal

Foram expulsos semanas depois

Questão espanhola influenciou na invasão a Portugal

1808

Chegada ao Brasil em janeiro de 1808

Visconde de Cairu: assinatura o Tratado de

Abertura dos Portos às Nações Amigas

Além de tarifas preferenciais aos produtos

ingleses de 24%

Revogação do Alvará de 1785

1808

Dom João VI invadiu a Guiana, em 1809, e a

Província Cisplatina, em 1817, como reação a

invasão francesa em Portugal

1810

É assinado o Tratado de Comércio ou Tratado de

Aliança e Amizade com a Inglaterra

Tarifas comerciais:

Produtos ingleses: 14% em média

Produtos portugueses: 16% em média

Demais nações: 24% em média

Além da questão da extraterritorialidade aos

ingleses

1811

Tomada da Banda Oriental

Em 1816, anexação da região

Interesses ingleses

Contexto europeu

Congresso de Viena fortalecido após a derrota de

Napoleão em Waterloo

Proibição da presença de governantes absolutistas

em suas colônias

O único governante absolutista nessa condição era

Dom João VI

Ideia do Congresso: forçar o retorno de Dom João

VI à Europa

Ação de Dom João VI: elevação do Brasil à

categoria de Reino Unido de Portugal e de

Algarves

Insurreição Pernambucana, 1817

A notícia da permanência de Dom João VI

desagradou setores das elites coloniais por conta

de alguns motivos, como a alta cobrança de

impostos (investidos na Família Real e na região da

capital, Rio de Janeiro), empreguismo de

portugueses, ineficácia do governo, corrupção,

privilégios comerciais aos portugueses

Insurreição

Contra os comerciantes portugueses

Latifundiários: reivindicavam autonomia

Povo: reivindicava o fim do monopólio comercial
lusitano

Expulsão de Caetano Ponto e instauração de um
governo provisório

Governo provisório

República

Bandeira lei orgânica: liberdades (imprensa e

religiosa), clero com salário, estrangeiro pró-

insurreição eram chamados de patriotas

Elaboração de uma Constituição em um ano

Fim das taxas sobre produtos de 1ª necessidade

Início dos desentendimentos sobre o futuro da

República: distância elites e povo

Fim da Insurreição

Conde dos Cercos: repressão violenta em PE, PB,

AL e RN

Vitória da Coroa em 19/05/1817: fuzilamentos e

enforcamentos

1820

Portugal: 24 de agosto

Sociedade Secreta Sinédrio

Instauração da Junta Provisória do Governo

Supremo do Reino

Início da Revolução Liberal do Porto

Motivos: estagnação comercial de Portugal,

elaboração de uma Constituição, retorno imediato

de Dom João VI e recolonização do Brasil

Portugal

Tutela e proteção da Inglaterra desde 1810

Lorde Beresford

1817: revolta em Portugal, violentamente

reprimida pela Inglaterra

Proibição da Maçonaria em Portugal

Revolução

Dom João VI retorna para Portugal em 26/04/1821

Defende-se a eleição de brasileiros para as cortes

portuguesas

Dom Pedro permanece no Brasil: manter o status

de Reino Unido do Brasil e impedir a recolonização

Formam-se, no Brasil, dois partidos: Português e o

Brasileiro; apresentam diferenças econômicas,

mas têm como ponto comum a escravidão

Grupo dissidente: radicais liberais, reunidos na loja

maçônica, Grande Oriente

Sumário de datas e ações de Dom João VI
A Família Real portuguesa chegou ao Brasil em 09 de janeiro de 1808 e já em 28 do mesmo mês, foi assinado o Tratado de Abertura dos Portos
Em 28 de fevereiro, tivemos a Revogação do Alvará de 1785, que proibia as manufaturas, as oliveiras e as amoreiras no Brasil, e foi criado o Banco do Brasil
Em 07 de março de 1808, Dom João desembarcava no Rio de Janeiro
No dia 13 de maio, autorizou-se a tipografia, a Imprensa Régia e foi lançada a Gazeta do Rio de Janeiro. O Conde de Linhares ficou responsável pelos museus, bibliotecas e escolas

Missão artística Francesa

Em 1816, a Missão Artística Francesa foi consentida no Brasil com a ajuda do Marquês de Marialva frente ao Conde de Barca. Com o pedido de refúgio dos artistas franceses aceito, eram perseguidos após a Restauração na França, chegam ao Rio de Janeiro em 26 de março de 1816
Dentre eles, estavam Nicolas-Antoine Taunay, Jean-Baptiste Debret, que fez uma exposição aberta ao público em 02 de dezembro de 1829. A Missão teve uma fase metodológica que substituiu o empirismo mameluco anterior

Neoclassicismo

Ocorreu também a fase arquitetônica neoclássica com as influências das descobertas de Herculano (1738) e Pompeia (1748)
No Brasil, temos Antônio José Landi
Em Portugal, a reconstrução de Lisboa em 1755 com Pombal e o estilo neoclássico
As cidades de Belém e São Luís seguem a mesma tendência. Em São Paulo, o engenheiro militar João da Costa Ferreira usa taipa com frontões triangulares
Casas no Brasil antes de 1808: pobres em casas térreas e ricos em sobrados; no Rio de Janeiro, após 1808, tivemos o uso racional dos tijolos e da madeira
Os ingleses lucraram com vidros, grades de ferro, cobre e chumbo; foi a adoção do estilo neoclássico

erudito. Estilo simétrico e contidos com painéis delimitados por pilastras e cimbras – frontão triangular com tímpanos gregos

Importante

Outra novidade foi o papel do intendente-geral de Polícia da cidade do Rio, Paulo Fernandes Viana, entre 1808 e 1821, que cumpria os papéis de prefeito e de polícia, realizando obras urbanísticas como o aterro de mangues, ruas calçadas e alargadas, canais de drenagem, iluminação pública, a construção do Teatro São João e a limpeza da cidade.

Exercícios:

1. (UFG)

Após a morte de D. João V, em 1750, ascendeu como ministro Sebastião José de Carvalho Melo, futuro Marquês de Pombal. A administração pombalina destacou-se pela:

- aproximação diplomática com o reino espanhol, em nome do interesse comum, contendo os abusos ingleses.
- adoção da escolástica, promovendo o desenvolvimento científico.
- valorização da gramática normativa portuguesa, resgatando o prestígio do latim.
- distensão do despotismo esclarecido, afirmando uma administração política e econômica liberal.
- redefinição da estrutura do ensino português, implementando o financiamento estatal.

2. (FGV)

A longa administração pombalina (1750-1777) causou controvérsias ao expulsar os jesuítas de Portugal e de todos seus domínios, em 1759. Tal expulsão, que implicava o confisco dos bens dos religiosos, pode ser atribuída:

- ao enorme déficit do Tesouro português, provocado pelas despesas feitas com construção de Lisboa, destruída pelo terremoto de 1755.
- à antipatia que o ministro, seguidor da filosofia iluminista, nutria pelos jesuítas, responsáveis pelo atraso cultural do país.
- à vontade de igualar-se à monarquia francesa que praticava o despotismo esclarecido.
- ao processo de centralização administrativa que exigia a eliminação da Companhia de Jesus, acusada de formar um estado à parte.
- à não aceitação de Pombal da política do despotismo esclarecido, que era bastante defendida pelos inicianos.

3. (Enem 2014) A transferência da corte trouxe para a América Portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários

régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808. (NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1997). Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América Portuguesa por terem:

- incentivou o clamor popular por liberdade.
- enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.
- motivado as revoltas esravas contra a elite colonial.
- obtido o apoio do grupo constitucionalista português.
- provocado os movimentos separatistas das províncias.

4. (Enem 2010)

Em 2008 foram comemorados os 200 anos da mudança da família real portuguesa para o Brasil, onde foi instalada a sede do reino. Uma sequência de eventos importantes ocorreu no período 1808-1821, durante os 13 anos em que D. João VI e a família real portuguesa permaneceram no Brasil. Entre esses eventos, destacam-se os seguintes:

- Bahia - 1808: Parada do navio que trazia a família real portuguesa para o Brasil, sob a proteção da marinha britânica, fugindo de um possível ataque de Napoleão.
 - Rio de Janeiro - 1808: desembarque da família real portuguesa na cidade onde residiriam durante sua permanência no Brasil.
 - Salvador - 1810: D. João VI assina a carta régia de abertura dos portos ao comércio de todas as nações amigas, ato antecipadamente negociado com a Inglaterra em troca da escolta dada à esquadra portuguesa.
 - Rio de Janeiro - 1816: D. João VI torna-se rei do Brasil e de Portugal, devido à morte de sua mãe, D. Maria I.
 - Pernambuco - 1817: As tropas de D. João VI sufocam a revolução republicana.
- GOMES. L. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta

enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2007 (adaptado)

Uma das consequências desses eventos foi:

- a) decadência do império britânico, em razão do contrabando de produtos ingleses através dos portos brasileiros.
- b) o fim do comércio de escravos no Brasil, porque a Inglaterra decretara, em 1806, a proibição do tráfico de escravos em seus domínios.
- c) a conquista da região do rio da Prata em represália à aliança entre a Espanha e a França de Napoleão.
- d) a abertura de estradas, que permitiu o rompimento do isolamento que vigorava entre as províncias do país, o que dificultava a comunicação antes de 1808.
- e) o grande desenvolvimento econômico de Portugal após a vinda de D. João VI para o Brasil, uma vez que cessaram as despesas de manutenção do rei e de sua família.

5. (Enem 2010)

Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que o presente Alvará virem: que desejando promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria, sou servido abolir e revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brasil. Alvará de liberdade para as indústrias (1.º de Abril de 1808). In Bonavides, P.; Amaral, R. Textos políticos da História do Brasil. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 2002 (adaptado).

O projeto industrializante de D. João, conforme expresso no alvará, não se concretizou. Que características desse período explicam esse fato?

- a) A ocupação de Portugal pelas tropas francesas e o fechamento das manufaturas portuguesas.
- b) A dependência portuguesa da Inglaterra e o predomínio industrial inglês sobre suas redes de comércio.
- c) A desconfiança da burguesia industrial colonial diante da chegada da família real portuguesa.
- d) O confronto entre a França e a Inglaterra e a posição dúbia assumida por Portugal no comércio internacional.

e) O atraso industrial da colônia provocado pela perda de mercados para as indústrias portuguesas.

Gabarito:

1. Alternativa E. Pombal procurou incentivar o desenvolvimento das ciências e da educação em Portugal.
2. Alternativa D. Era uma tentativa de concentrar os poderes nas mãos do rei, além de um processo de secularização e de laicização do Estado português.
3. Alternativa B. A vinda da Família Real ao Brasil criou estruturas que se contrapunham ao pacto colonial e incentivaram o processo de independência do Brasil.
4. Alternativa C. Como uma resposta a invasão francesa em Portugal, Dom João VI ocupou a região da Província Cisplatina.
5. Alternativa B. A vinda da Família Real ao Brasil aumentou a dependência do Portugal e do Brasil frente a Inglaterra.